

O PONTO



A cor da fome na crise sanitária

Ana Meireles

Qual a cor da fome? A pergunta é figurada, mas no Brasil, onde grande parte da população do nordeste e do norte vive em condições dignas de questionamentos históricos, ao mesmo tempo que os ocupantes do poder dominante violentam a população negra do país... Por que não asseguram os direitos daqueles que são sempre excluídos?

Não precisa ser um super-herói quando se ocupa um cargo de comando com poder suficiente para elevar ou diminuir índices. Quem vai pagar a dívida histórica da desigualdade ou ter as mãos banhadas de sangue? Porque, para uma população que conhece a miséria, a graça divina parece bastar na garantia de um auxílio financeiro.



As mazelas do colonialismo afetam a população negra brasileira, como em outras ex-colônias portuguesas e viver à margem da sociedade durante uma crise sanitária torna-se demasiadamente desumano, um momento propício para questionar artigos do Código dos Direitos Humanos... porque lá são assegurados saúde, segurança, liberdade, educação entre outros na documentação, mas... e na prática? Quem os garante? Parece agressivo demais para a zona de conforto de todos, mas existem várias pessoas responsáveis pela permanência de ideias ultrapassadas, sustentando a desigualdade.

A fome e a miséria fazem parte da cultura brasileira e são sustentadas pelo comportamento hegemônico, racista e patriarcal que o colonialismo instituiu.

Então vem a pergunta que não pode ser calada... Quando o Brasil resolverá os seus graves problemas sociais? Como resolverá essas questões? O país tem em seus três poderes; presidente; ministérios; secretarias; juizes... uma multidão gastando dinheiro público com cervejinha e petisco de \$1,799,99... Entretanto não há um "santo" para acabar com os problemas sociais? Enquanto isso... a população morrendo... invisível!

O Brasil está cheio de privilegiados

O Brasil está cheio de privilegiados, como bons entendedores dos problemas sociais e ganhando bem, permanecem levando uma vida, muitas vezes, além do ideal. Porém, podemos questionar no Jornal universitário: Como vive a população que mais carece de bem-estar? Porque, além das dificuldades básicas, enfrentam o dito "desgoverno" de extrema direita, liderado por Jair Bolsonaro. Um governo elitista, que preterivelmente preza pelo capital privado, daqueles que possuem grande parte dos bens e riquezas em terras brasileiras. Falar da realidade descentrada do país parece ofensa? Não. Ofensa é levar para debaixo da lona, corpos, e fazer da impunidade um direito.



Mulher não gosta de apanhar: Saiba identificar os tipos de violência doméstica e familiar.

Lidiane Conceição

No país onde os casos de feminicídio e violência contra as mulheres aumentam constantemente, o que devemos fazer para resolver esse problema?

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

De acordo com a referida Lei, no sétimo artigo, diz os tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher como:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional

e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

De acordo com a Lei nº 13.505, de 08 de novembro de 2017, no artigo. 10-A. diz:

É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados. (BRASIL, 2017)

Infelizmente todos os dias, alguma mulher sofre algum tipo de violência doméstica e familiar, e muitas delas ainda sofrem em silêncio, mas saiba que você não está sozinha, existem Leis e equipes especializadas para te assegurar. Não tenha medo de denunciar.

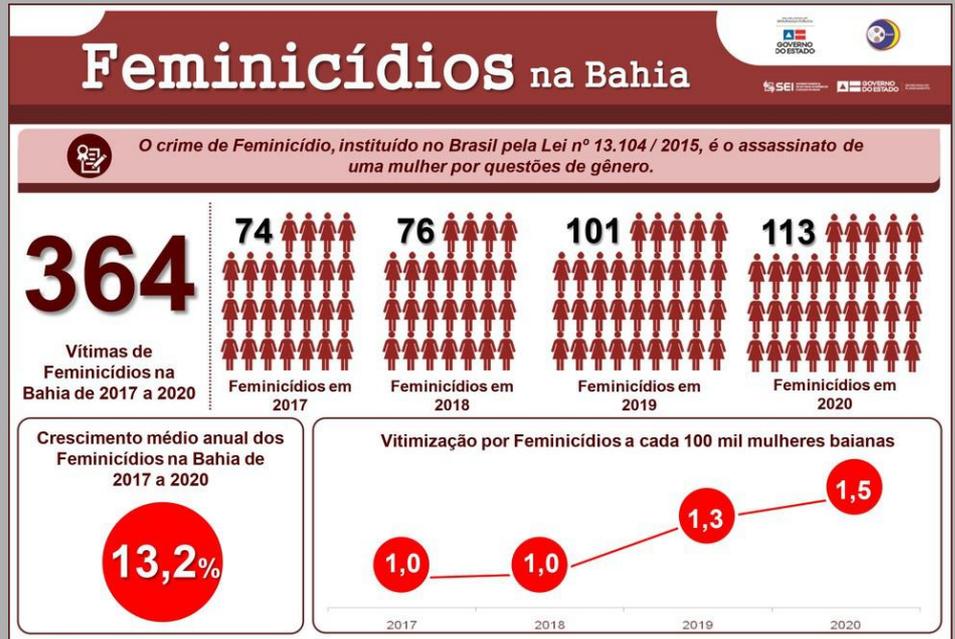
Saiba como denunciar ou ajudar vítimas de violência contra a mulher. Você pode ligar de qualquer território nacional, de forma gratuita, qualquer dia da semana e horário, através do 180, pois através desse número você receberá acolhimento e será registrado a denúncia e encaminhado aos órgãos competentes.

No 180 você também pode obter informações de locais de atendimento mais próximos, como: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), Defensorias Públicas, Núcleos Integrados de Atendimento às Mulheres, entre outros.

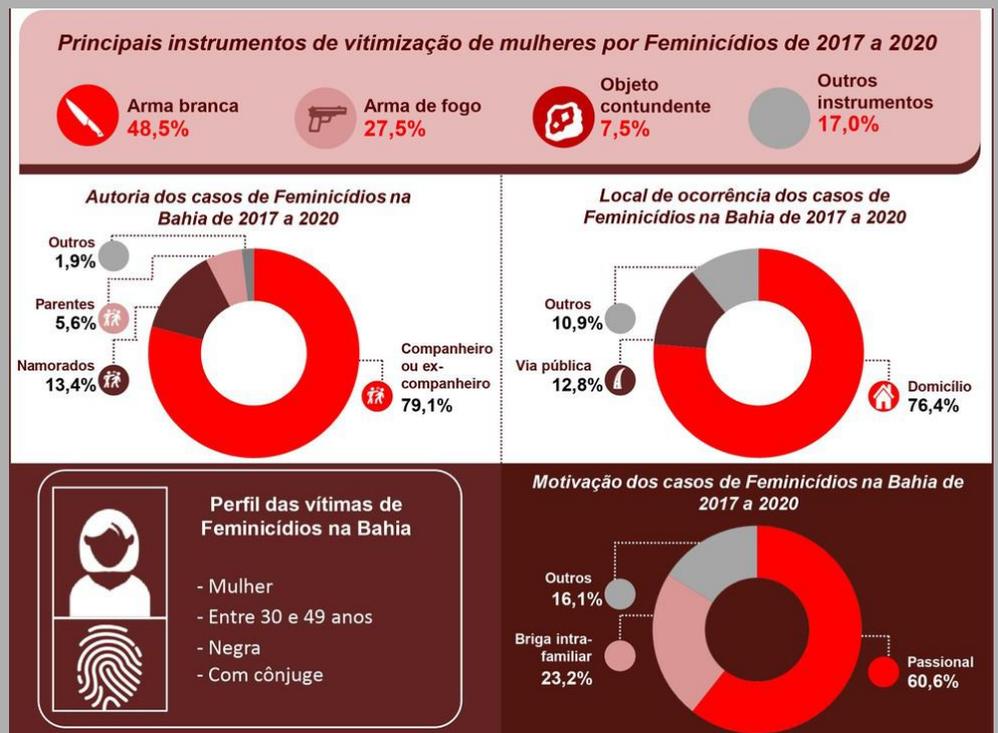
Você sabia que a pessoa que testemunha a violência para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher também pode utilizar esse serviço? Não se cale e nem finja que não está vendo, você pode contribuir na finalização desse sofrimento, a denúncia é sigilosa.

Referências
 BRASIL. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acesso em 18 abr. 2021.

BRASIL. Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13505.htm#art2 Acesso em 18 abr. 2021



Fonte: g1.com.br/bahia



Fonte: g1.com.br/bahia





Entrevista

Um Olhar sobre a nossa história com Elias Souza dos Santos.



Conhecer a história da nossa comunidade é imprescindível, não só pelo sentimento de valorização e pertencimento que isso suscita, mas porque produz empoderamento. Quando conhecemos as lutas e riquezas da terra que pisamos, nossas atitudes ganham uma nova força e nosso senso de falo próprio, enquanto cidadão daquela comunidade, cresce. Motivados por essas questões, entrevistamos Elias Souza Santos, que está cursando seu último semestre em licenciatura plena em história, na Unilab-Malês, e traz como tema do seu Trabalho de Conclusão de Curso a “Origem do bairro de Campinas, São Francisco do Conde, Bahia”.

JOP - Elias, primeiro gostaríamos de te agradecer pela entrevista. Você poderia nos dizer qual o tema e o objetivo da sua pesquisa?

Elias - A história a partir da memória; Como e em quais circunstâncias se originou o bairro de Campinas, seus primeiros moradores e a quem pertenceu essas terras. Memórias em destaque.

JOP - O que te motivou a escolher esse tema?

Elias - Estudando a questão e a importância da história local para o processo do ensino e aprendizagem, lembrei que nunca tinha ouvido falar da história do meu bairro em todo o ensino fundamental, e nem após este! Sobretudo o que me motivou foi a falta desse diálogo na comunidade, o conhecimento de sua própria história diante dessas e outras inquietações. Então resolvi pesquisar e ser o primeiro a falar dessa origem.

“nunca tinha ouvido falar da história do meu bairro em todo o ensino fundamental”

JOP - Como tem sido desenvolvida a sua pesquisa? Me refiro especialmente às leituras e pesquisas de campo que tem feito.

Elias - A princípio, li alguns autores que falam sobre o processo escrivista na Bahia e em especial no recôncavo. Depois fiz algumas leituras específicas sobre a história da vila e em seguida da cidade, mas durante este processo de leituras e levantamentos de dados, resolvi adiantar algumas entrevistas. Dai descobri que a origem poderia ser a partir da escola agrícola, então teria que pesquisar e estudar a escola agrícola,

então teria que pesquisar e estudar a escola agrícola, seguindo com as entrevistas, paralelamente às leituras. O trabalho tem muito mais esse caráter da oralidade, pois a sua base são as memórias de descendentes de antigos e primeiros moradores. As experiências foram fantásticas, motivadoras... ouvir os relatos das pessoas entrevistadas, quando falavam de coisas até então desconhecidas, para mim foi surpreendente, como por exemplo: descobrir que o bairro já pertenceu a outro bairro.

JOP - Como a pesquisa tem afetado sua relação com a sua comunidade?

Elias - Tem afetado positivamente! Eu já tinha uma boa relação com a comunidade. Por ser uma pessoa muito popular, as pessoas ficam lisonjeadas e felizes por saber que alguém está resgatando a nossa história para deixá-la registrada. Segundo eles, até então ninguém havia pensado nisso.

JOP - Pretende estender essa pesquisa para além do meio acadêmico?

Elias - Sim, com certeza, sim! Afinal, é um dos meus principais objetivos! Preciso fazer com que as pessoas conheçam e/ou reconheçam a sua própria história. Pretendo realizar eventos para divulgação do trabalho, uma vez que estamos formando a associação dos moradores. Também penso em solicitar apresentações nos espaços formais e informais de ensino, com a divulgação geral, a fim de que todas, todes e todos conheçam o trabalho.

JOP - Pode nos contar alguma curiosidade que descobriu sobre o bairro ao longo de sua pesquisa?

Elias - Sim, uma das coisas que me chamou muito a atenção foi saber que Campinas já foi São Bento, ou seja, essas terras que chamamos de Campinas, pertenceram à Escola Agrícola. E que aqui ainda reside, com 96 anos de idade, o sexto prefeito eleito neste município, durante o período de 07/04/1967 a 06/02/1972, o Sr. Ezequiel do Amaral.

O Trabalho segue com descobertas maravilhosas, pretendo defendê-lo neste semestre em curso, se Deus quiser! Estou me despedindo da Unilab! Agradeço a Deus por tudo, a vocês do Jornal pela oportunidade de divulgação do meu trabalho. Não posso falar mais, só após a defesa, e o trabalho estará disponível para todas, todes e todos.



Prezades estudantes!

A Coordenação do Curso de Letras gostaria de desejar a todes um excelente início de semestre e dar boas-vindas aos/as novos/as ingressantes!

Ainda estamos na modalidade remota este semestre, mas pudemos aprender com os desafios do semestre passado, refletir sobre os erros e acertos e esperamos que este seja um ótimo semestre para todes.

A nossa 4a Semana de Letras está se aproximando e teremos como tema "Percurso da linguagem em tempos de reinvenção: existir e resistir". As inscrições terão início a partir do dia 14 de junho. Incentivamos a todes a participar e dar uma olhada no nosso site (<https://www.even3.com.br/semanadeletrasmales/>) que já está no ar!

Em breve agendaremos um encontro online para recepcionar os/as estudantes ingressantes e, também, conversarmos com todes sobre as informações relevantes e as atividades que ocorrerão em 2020.2.

Estamos à disposição, fiquem à vontade para nos contatar por meio de nossos canais de comunicação.

No mais, esperamos que todes estejam bem e continuem se cuidando!

Um abraço,
Wânia e Lavínia

**Volta às
aulas
Unilab
Malês!**

Esse mês o **Podcast Sem Ponto** traz um bate papo super legal sobre os desafios do ensino remoto.

Você se sente sobrecarregada/sobrecarregado com as demandas da universidade nesse período de pandemia? Já pensou em desistir? Já sentiu como se fosse a única/único atravessando perrengues seríssimos para sobreviver a universidade?

Cola com a gente que você vai ver que não está sozinha/sozinho nessa e vai descobrir algumas estratégias para ter uma caminhada mais suave.



Sem ponto

O PODCAST DO
JORNAL O PONTO!



OUÇAM EM TODAS AS PLATAFORMAS!!!





Precisamos nos libertar da abolição

Verônica Lima

Até que os leões inventem as suas próprias histórias,
os caçadores serão sempre os heróis das narrativas
de caça.
(Provérbio Africano)

Todo mês de maio no Brasil há sempre referência à assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, fato ocorrido no ano de 1888, e que teria sido responsável pela “abolição da escravatura” e uma conseqüente liberdade para o povo negro e seus descendentes no território brasileiro. Mas tal lei nem aboliu relações de escravidão, nem garantiu liberdade para a população negra. O que se vê hoje muito nitidamente como resultado de mais de 300 anos de escravidão não tem nada a ver com liberdade ou superação de relações de submissão e violência. As conseqüências podem ser sintetizadas pela palavra RACISMO, que é a operação ideológica que estrutura a sociedade brasileira desde o seu surgimento e não foi sequer abalada pela tal lei assinada em maio de 1888.

A existência tão vívida do racismo mesmo 133 anos após da lei que teria garantido a “liberdade” já seria suficiente para provar que a lei foi apenas uma formalidade. Mas o próprio racismo se encarregou de dificultar o acesso às condições de vida de negras e negros depois da suposta abolição. Foi através do racismo que a sociedade brasileira se organizou de forma a invisibilizar a história de horror antes e depois da Lei Áurea: impedindo de forma mais ou menos direta que negros ocupassem espaços de poder, criminalizando e despotencializando os saberes e a cultura negra, atribuindo aos negros características ruins e malélicas, entre outras estratégias.

Essas estratégias se infiltraram em todo tipo de organização social, das relações familiares à escola, do sistema jurídico às produções de entretenimento, das relações afetivas às relações de trabalho: toda a sociedade se configurou pelo racismo. Isso porque trata-se de forma estrutural e estruturante de ideologia, como explica o professor e jurista Silvio Almeida no livro *Racismo Estrutural* (Coleção Feminismos Plurais, Selo Sueli Carneiro/Editora Pólen, 2019). Segundo Almeida, “o racismo é uma ideologia, desde que se considere que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas” (p. 43). Basta olharmos para os espaços de representação e mediação para constatar essa concretude da ideologia racista que estrutura a sociedade brasileira.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mais de 56% da população se declara negra, ou seja, preta ou parda, com fenôtipos que marcam a ascendência de ancestrais negros. Ainda assim, nas últimas eleições de 2018 apenas 24,4% dos deputados federais e 28,9% dos deputados estaduais eleitos eram negros. Já na esfera dos municípios, apenas 32% dos prefeitos e 44% dos vereadores eleitos em 2020 eram negros.

A desigualdade de representação é ainda mais profunda quando se observa o poder judiciário: apenas 18,1% dos magistrados se declaram negros, segundo os dados mais recentes, que são de 2018. E se considerarmos o gênero nessas esferas de representação, o quadro fica ainda mais dramático, pois são as mulheres negras que compõem o grupo mais vulnerável e menos representado nas esferas de poder.

Para ter olhos de ver e sentir

Não é raro ouvir que o racismo no Brasil é o crime perfeito, e os dados mostram somente uma parte do motivo dessa perfeição. Um crime é perfeito quando ele não é sentido: seja por não ser considerado crime (e a baixa representatividade legislativa e de justiça ajuda nisso), seja por não comover a maioria das pessoas, ou seja, ser naturalizado, considerado “normal”. E essa última dimensão é perversamente enraizada no imaginário brasileiro, a começar pela ideia de que um dia houve uma “abolição”.

Formalizar o fim do comércio de pessoas para fim de escravização, num contexto em que todas as nações ao redor (no continente americano) já tinham encerrado a atividade, é bem diferente de abolir um regime de violenta expropriação e subalternização. Para além das pressões internacionais ao Brasil, também não se fala, especialmente nos livros escolares hegemônicos, que havia uma pressão interna crescente e muito poderosa da própria população negra escravizada ou não, por condições dignas de existência. Uma figura invisibilizada por décadas nesse contexto de luta da população negra é Francisco José do Nascimento, o “Dragão do Mar”, ou “Chico da Matilde” (referência à mãe desse importante personagem). Trabalhador do porto do território onde hoje é o estado do Ceará, Francisco José liderou ações de bloqueio do porto para impedir o embarque de pessoas que estavam sendo vendidas a outros estados na condição de escravizadas. A ação foi de tal forma organizada e firme que culminou no decreto do fim da escravidão na então província do Ceará no ano de 1884 - quatro anos antes da Lei Áurea.

A bravura e o poder de articulação do Dragão do Mar não entrou para os livros de história, porque é no imaginário que os lugares de poder se mantêm. E assim o foi com diversos outros personagens importantes para a existência e sobrevivência da população negra, seus saberes e suas trajetórias. Além da omissão das lutas de negros e negras pela própria liberdade, a constituição do imaginário social também se baseou na construção de estereótipos depreciativos para caracterizar a população negra e seus descendentes.

Como mostra Stuart Hall em *Cultura e Representação* (Editora PUC-Rio/Apicuri, 2016), as imagens estereotipadas de negros e negras na mídia, na arte e nas construções narrativas históricas se sustentaram durante séculos através da própria ciência e seus postulados eurocêntricos, para os quais o modelo ideal de ser humano era o branco europeu, portador da ideia de “civilização”. E os estereótipos são cruéis não apenas pelas imagens externas sobre as pessoas negras, mas sobretudo pela autoimagem e a autodepreciação que causam.

O apagamento e estereotipia se retroalimentam e, por isso, foram e seguem sendo táticas fundamentais para manter a ideia de que existe um lugar subalterno reservado aos negros na sociedade. Nesse raciocínio racista, a liberdade não é um fato decorrente de uma lei, senão uma condição em disputa constante. Sair dos lugares simbólicos e concretos que despotencializam, deslegitimam e diminuem a história da população negra marca a existência de quem sente literalmente na pele que a escravização adquiriu novas roupagens e estratégias, e assim segue viva no racismo.

Fugir da abolição rumo para construir (diariamente) a liberdade

A ideia da abolição de 13 de maio esbarra, portanto, na persistência da violência baseada no racismo, que é normalizada na sociedade brasileira. Dados do Atlas da Violência divulgados em 2020 mostram que a morte da população negra vem aumentando. Entre 2008 e 2018, os homicídios de pessoas negras aumentaram 11,5%, enquanto diminuíram 12,9% em pessoas não negras. O estudo revelou que 75,9% dos brasileiros assassinados no período eram negros.

Os dados demonstram uma desigualdade alarmante que, porém, pouco comove ou provoca transformações estruturais. Afinal, esses números são apenas os reflexos atualizados da forma pela qual a população negra foi historicamente socializada no Brasil. Existe, portanto, um ponto nítido de ligação entre o que aconteceu depois da assinatura da Lei Áurea, quando ex-escravos foram entregues à própria sorte, enfrentando o racismo e suas diversas faces, e as estatísticas que revelam a vulnerabilidade da população negra atualmente. O racismo segue sendo o crime perfeito, com poucos sinais de reparação ou compensação.

Outros números refletem a atualidade desse crime que segue sendo cometido repetidamente. Pesquisa realizada pelo PoderData em 2020 revelou que 81% das pessoas admitiam que existe racismo no Brasil, porém, apenas 34% dos participantes admitiram ter sido racistas. E mais: 13% da amostra simplesmente negavam a existência do racismo. E o que não se admite ou se nega é impossível combater.

Obviamente, muita coisa mudou desde que a princesa assinou um papel que encerrou operações comerciais. Mas, nem de longe, aquele documento significou a liberdade. Inúmeros eventos recentes exemplificam essa afirmação, mas um deles chama atenção por repetir métodos de violência física e simbólica quase que de forma ritual. Uma semana antes do 13 de maio deste ano de 2021 a maior chacina praticada por agentes do estado ocorreu na favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro. Foram 28 execuções sumárias, sem direito à defesa. E o critério fenotípico para as execuções, além da própria localização periférica, que historicamente abriga a população negra e subalternizada, entregue à própria sorte e sem acesso aos seus direitos, não parece constranger governantes nem o senso comum no Brasil. Ser uma pessoa negra brasileira pode ser concretamente uma sentença de morte, e isso é tido como "normal" por grande parte da população.

No dia 24 de maio da Polícia Civil do Rio de Janeiro, a exemplo de inúmeros outros atos governamentais ao longo da história do Brasil, repetiu o ato de silenciamento racista: determinou o sigilo por 5 anos das informações sobre a matança realizada sem motivos ou estratégias. Não houve resultados além da morte, do trauma da violência, de imagens devastadoras. O poder do Estado mais uma vez dificulta que os métodos racistas sejam expostos, silenciando as versões de quem sentiu o racismo operando o auge de toda violência que o caracteriza.

Para os registros oficiais a chacina virou "operação realizada pela polícia", tal como um documento encerrando transações comerciais virou a abolição e a concessão de liberdade. Essa manobra narrativa, constantemente atualizada, reafirma que a busca pela liberdade (ou a denúncia da falta dela) é uma disputa diária. Para vencer, é necessário nos libertarmos das explicações hegemônicas da história que fundou este país. Precisamos nos livrar da abolição urgentemente para reconhecer e lembrar todos os dias que liberdade tem mais a ver com "dragões do mar" do que com fábulas de princesas.

Referências e recomendações

>>Livros<<

ALMEIDA, Sílvia. Racismo Estrutural. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.
GOMES, Laurentino. Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
HALL, Stuart. Cultura e Representação. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Apicuri, 2016
MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. São Paulo: n-1 edições, 2018.
SILVA, Denise Ferreira da. A Dívida Impagável. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019. Disponível: <https://casadopovo.org.br/wp-content/uploads/2020/01/a-divida-impagavel.pdf>

>>Reportagens, colunas e estudos<<

O suspeito de ser escravo do século 19 é o morador das favelas e periferias do século 21 - Sílvia Almeida <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/silvia-almeida/2021/05/o-suspeito-de-ser-escravo-do-seculo-19-e-o-morador-das-favelas-e-periferias-do-seculo-21.shtml>

"Abolição não foi um presente dado por brancos", diz historiadora - ECOA/UOL (Paula Rodrigues) <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/05/13/abolicao-nao-foi-um-presente-dado-por-brancos-diz-historiadora.htm>

A farsa da abolição - Ernesto Germano Parés/RJ <https://cabral136.blogspot.com/2021/05/a-farsa-da-abolicao-ernesto-germano.html>

Racismo: taxa de assassinatos cresce para negros e cai para o resto da população - Erick Gimenes/Brasil de Fato <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/27/racismo-taxa-assassinatos-de-negros-cresce-e-cai-para-o-resto-da-populacao>

Polícia Civil estabelece sigilo de 5 anos sobre informações de todas as operações do RJ após decisão do Supremo - Nicolás Satriano, Fabiana Cimieri e Mateus Marques, G1 Rio e GloboNews <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/25/jacarezinho-policia-civil-estabelece-sigilo-de-5-anos-sobre-informacoes-da-operacao.ghtml>

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020 https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36488&Itemid=432

81% veem racismo no Brasil, mas só 34% admitem preconceito contra negros - Sabrina Freire/Poder360 <https://www.poder360.com.br/poderdata/81-veem-racismo-no-brasil-mas-so-34-admitem-preconceito-contra-negros/>

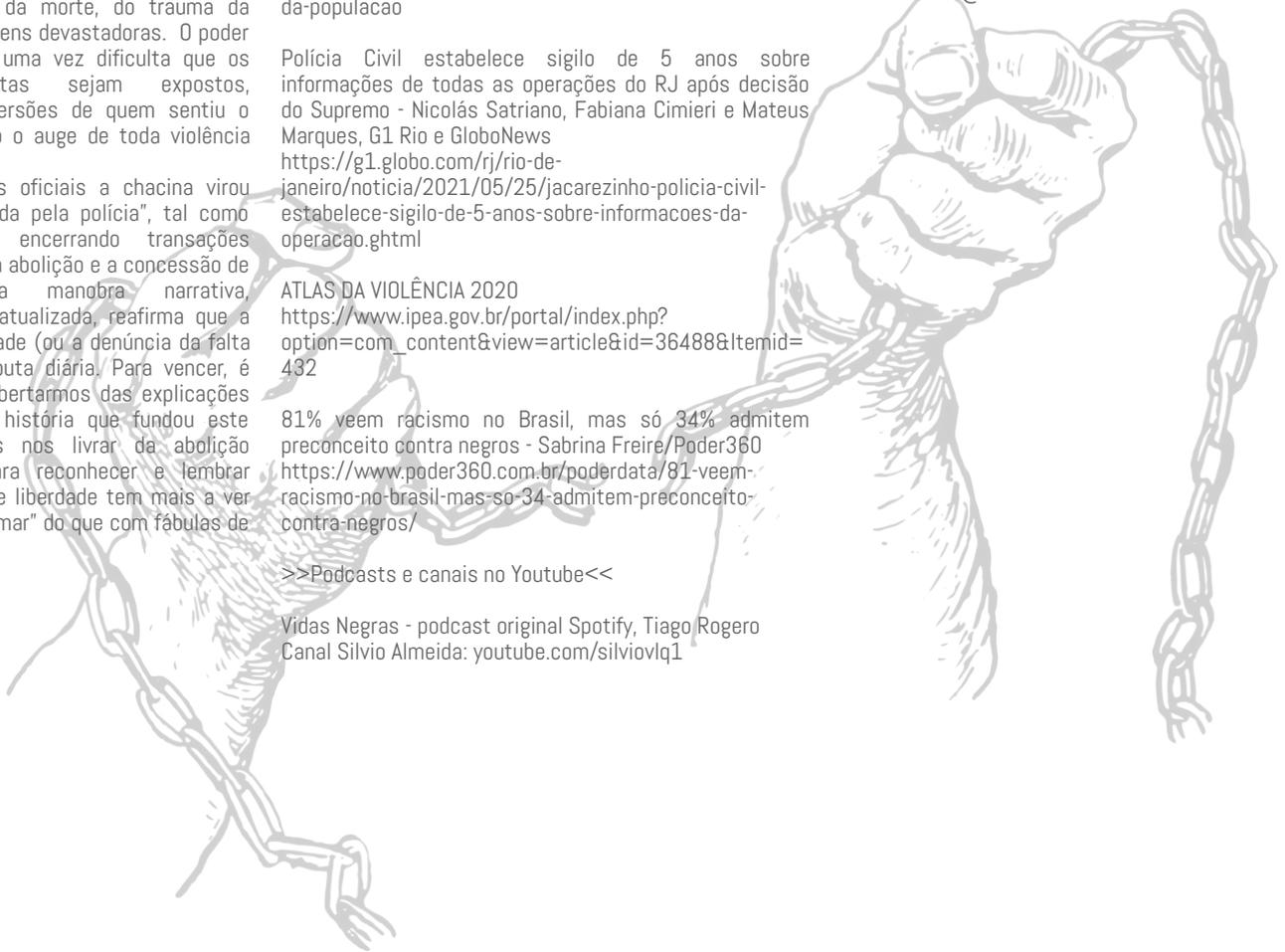
>>Podcasts e canais no Youtube<<

Vidas Negras - podcast original Spotify, Tiago Rogero
Canal Sílvia Almeida: youtube.com/silviovlq1



Quem é Verônica Lima?

Jornalista, doutoranda do PPGCOM/UFF. Mestra em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista - Unesp, onde também se graduou. É bolsista da Capes com pesquisa na área de jornalismo e narrativas jornalísticas, analisando essa prática sob viés epistêmico da decolonialidade e as interseções com o conceito do Sul Global. É pesquisadora vinculada ao TRAVESSIA/LAN. Tem experiência docente na Universidade Nacional do Timor-Leste. veronicalima@id.uff.br



Uma história de ★ determinação ou Voando alto

por Débora Teles

O desejo de cursar o ensino superior sempre foi latente no coração de Alfa. Seu desejo de viver novas experiências profissionais e alcançar lugares mais altos, e o anseio incessante de contribuir para o desenvolvimento de seu país era, e ainda é, sua maior motivação.

Foi através de um primo que Alfa conheceu a Unilab e ali viu sua oportunidade de ampliar, não só seus conhecimentos, mas sua visão de mundo, obtendo clareza de suas perspectivas através do conhecimento.

Juntos, Alfa e o primo buscaram todas as informações necessárias para ingressar na universidade. Desse modo, submeteram suas inscrições e aguardaram o resultado, já fazendo planos para o futuro, com o desejo de trilharem a jornada acadêmica juntos. Ao se deparar com o resultado do teste, Alfa foi acometido por um misto de emoções. Uma alegria muito grande por ter conseguido ingressar na universidade, mas, ao mesmo tempo, uma tristeza igual visto que seu primo não havia passado. A partir dali teria que deixar os planos de trilhar o caminho acadêmico com seu primo e amigo, e seguir sozinho.

Ao chegar no Brasil, a primeira dificuldade que Alfa enfrentou foi o distanciamento de sua família e seu país. A saudade lhe corroía, dor que se tornou ainda mais pungente quando se viu obrigado a lidar com algumas diferenças culturais e com a discriminação.



Além disso, a língua foi uma barreira para Alfa. O português falado no Brasil era muito diferente do que falava em seu país. Isso dificultou seu entendimento das aulas e as produções textuais comuns ao ambiente acadêmico se tornou um desafio para ele.

Com seu peito apertado de saudade e emaranhado em todos os enlaces linguísticos da língua que lhe parecia estrangeira, nosso querido amigo precisou lidar com situações constrangedoras, aquelas que bem conhecemos, motivadas por corações preconceituosos que se manifestam em atitudes discriminatórias e, por que não dizer, racistas. A separação entre brasileiros e africanos, bem como a rivalidade que surgiu entre eles, fazia mal para o coração do rapaz. Era extremamente danoso à sua alma ver a sala literalmente dividida entre brasileiros e africanos, sem ter a oportunidade de se unir com seus colegas brasileiros para dividir experiências e ampliar seus conhecimentos nesse processo de partilha.

Ter um objetivo claro foi o que ajudou Alfa a superar essas dificuldades, com muita dedicação conseguiu superar a barreira linguística e, com o tempo, pôde entender que não precisava agradar a todos, todos são diferentes e tudo bem. Seu foco o ajudou a colocar as emoções em seu devido lugar e a submeter seus sentimentos e as situações que vivenciava a seus objetivos. Dessa forma, conseguiu alcançar certo amadurecimento que lhe permitiu lidar melhor com a saudade que sentia e com as experiências desagradáveis que enfrentava. Ele aprendeu a lidar com as pessoas e suas próprias carências. Decidiu que a partir dali as dificuldades deixariam de ser fardos a carregar, e passaria a enxergá-las como obstáculos fáceis de transpassar. Alfa se sente como um campeão olímpico, porque ultrapassou todos os obstáculos e formou-se em Letras pela Unilab. Como a primeira pessoa de sua família a ingressar no ensino superior, o orgulho e a alegria que pôde proporcionar à sua família ao apresentar seu diploma foi sua maior recompensa e uma de suas maiores motivações para continuar lutando pelos seus sonhos.

Hoje Alfa é mestrando em sociolinguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e encontra-se em Bissau, sua terra natal, recolhendo dados para sua pesquisa. Ele se sente feliz com suas conquistas e seu desejo é continuar aprendendo, adquirindo conhecimento e sonhando alto. Alfa Resiste!

O RIO VERMELHO ATRAVÉS DO OLHAR DE LICÍDIO LOPES

João Vitor Bispo Cerqueira



Licídio Reginaldo Lopes nasceu em 26 de abril de 1899, no Alto de São Gonçalo, no bairro do Rio Vermelho, Salvador. Foi pescador, pintor de paredes e mestre-de-obras, artista plástico e escritor. Retratava, em suas obras, o cotidiano do bairro onde morou e escreveu um livro intitulado Rio Vermelho e suas tradições: Memórias de Licídio Lopes. A obra é uma preciosidade histórica, pois resgata hábitos e costumes vigentes do bairro do Rio Vermelho durante a primeira metade do século XX.

Licídio Lopes ficou conhecido inicialmente pelas suas pinturas, contudo, devido às características sociais de ser um homem negro e de baixa escolaridade, suas produções culturais foram subalternizadas à margem do campo literário e artístico. A crítica acomodou suas obras na categoria “naïf”, como são classificados artistas autodidatas, que não possuem status acadêmicos, mas produzem obras culturais.

A classificação “naïf” era usada para artistas que não tinham instruções acadêmicas e não seguiam modismos artísticos vigentes, apenas pintavam ao seu modo, retratando as paisagens e manifestações culturais do seu povo, com Licídio Lopes não era diferente pois suas obras eram inspiradas nas vivências com o bairro, e os títulos de suas pinturas reafirmavam essa conexão, como “Milagre de Oxum”, “Proteção dos devotos”, “Sobrado Rosa”, “Iemanjá aceita presentes”, todas as pinturas remente as festejos e manifestações de cultura popular.

No ano de 1984, se tornou o segundo escritor a contar as narrativas do Rio Vermelho. A primeira pessoa a escrever sobre o bairro do Rio Vermelho foi a escritora Zélia Gatai com “A Casa do Rio Vermelho”, no qual dedica um capítulo a Licídio Lopes e se refere a ele com um artista “primitivo”, em certo ponto reforçando o estereótipo de que apenas o que frequenta os espaços acadêmicos pode receber o título de artista. Ela também relata o dia em que ele levou os papéis do livro que escreveu, o qual mais tarde seria publicado pela Fundação Cultural do Estado, tendo apenas uma única edição e depois caindo no esquecimento.

Sua narrativa foi escrita ao longo de sua vida e teve seu prefácio escrito por Jorge Amado, seu grande amigo. No prefácio, foi retratado como teve início a amizade entre Jorge Amado e Licídio Lopes e como suas obras plásticas ganharam o mundo. O registro narrativo do Rio Vermelho, para Jorge Amado, representou algo especial, pois o local para ele era um território mítico.

No início do livro, Licídio Lopes trata sua narrativa como algo fora do campo literário, por conta de seu pouco estudo, e classifica suas produções como algo primitivo, devido a sua “linguagem simples e idioma popular”, sem rodeios ou palavras rebuscadas. Era o retrato fiel do autor, possibilitando enxergar o próprio Licídio Lopes nas linhas do seu livro. Registrando todos os momentos que viveu e os acontecimentos que presenciou no seu bairro de nascimento.

Esse questionamento sobre a capacidade de Licídio ser escritor é dito logo no prefácio quando Jorge Amado diz que :

“[...] Admirador do artista, colecionador de suas telas, confesso que olhei com desconfiança para a papelada que ele depositava em minhas mãos. Nem por desconfiado deixei de atender ao pedido do amigo – atirei-me a leitura.”

Contudo após ler as páginas ficou encantado com a poética contida na história, pois valoriza a Bahia e seu povo. Segundo Jorge Amado, quem ler o livro não vai esquecê-lo, pois a obra reaviva as memórias da Bahia e as recria com uma prosa simples, mansa, gostosa e bela.

A questão de Licídio Lopes usar o conceito de “primitivo” para categorizar suas produções artísticas talvez venha do imaginário social que o autor foi induzido a ter por ocupar um lugar marcado pela inferiorização social/racial e política imposta pela sociedade. Tal percepção distorcida pelo preconceito embutido na consciência do autor gerou a marginalização do seu trabalho, por conta de usar as massas populares como fonte de inspiração para produzir sua arte, por abordar as tradições de seu povo, suas superstições, as pescarias, comidas e todas as questões que rodeavam sua experiência no Rio Vermelho.



Lício Lopes. Fotografia de Isabel Gouvea. Fonte: Catálogo Fotobahia, Salvador, 1984.

“Como eu digo, este é um livro primitivo, em linguagem popular, livre de Academia, finalmente para ser lido por pessoas que não têm desprezo de descer às senzalas. Por esse motivo peço que perdoem os erros”. (LOPES,1984. p.11)

Lício Lopes traz na forma escrita o que expressou por anos na sua pintura, pela qual foi reconhecido por conta desse trabalho memorialístico de caráter visual. Pintor de parede por ofício, sentiu a necessidade de retratar o que via no seu cotidiano. Por ser testemunha ocular dessas vivências pintou à sua maneira, retratou a sua experiência.

Um exemplo disso é o capítulo que é dedicado a mostrar como começou a festa para Iemanjá, assim como fez no quadro “Iemanjá aceita presente”. Tal como o que ocorria nos festejos, demonstrava-se a fé na deusa e também os agradecimentos por ter ajudado na pesca ao longo do ano. Uma festa em que a comunidade participava na construção e realização da festa.

“Outra tradição que os filhos do Rio Vermelho seguem e têm muita fé é na Mãe d’Água, Sereia ou Iemanjá, como chamam atualmente. Entre a praia do Canzuá e a da Paciência [...]” (LOPES,1984.p.56)

Lício explorou as relações afetivas que foram desenvolvidas através dos festejos populares, que eram feitos com colaboração da comunidade e a interação com os africanos, com quem afirmou ter aprendido diversas coisas. Também ressaltou as ligações com o meio ambiente, de onde se tira o sustento através da venda do óleo e da carne de baleia.

A importância de Lício Lopes foi reconhecido em certo ponto, devido a conhecer muito sobre o bairro em que viveu. Ele foi chamado pela prefeitura de Salvador, no ano de 1986, para delimitar o Rio Vermelho sendo esse seu último trabalho em prol do “lar”. No dia 11 de agosto de 1986, em uma Sessão Solene na Câmara Municipal de Salvador, recebeu a Medalha Thomé de Souza, a maior honraria dada pela Câmara Municipal.

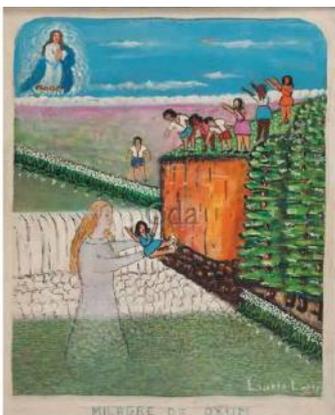
O autor enaltece o local onde nasceu e viveu boa parte de sua vida, abordando as figuras ilustres do seu bairro, citando grandes autores baianos, como Dorival Caymmi. Ele também traz a relação com os africanos que se encontravam ali e a troca de conhecimento, exaltando as belezas naturais, que fornecia alimentos e meios de sobrevivência para os moradores do Rio Vermelho.

Sobre a arte Naïf

A categoria na “naïf” surgiu no fim do século XIX, tendo como representante máximo da época, o alfandegário Rousseau. Henri-Julien-Félix Rousseau (1844-1910), um homem com poucas instruções acadêmicas e sem formação em pintura. Após se aposentar, tornou-se um artista plástico aos 49 anos, ficando conhecido como Le Douanier Rousseau, o coletor de impostos. A ausência de formação acadêmica, suas técnicas de pinturas e suas escolhas temáticas foram alvos de duras críticas pelos especialistas de artes na época.

Na sua exposição de estreia, a crítica apontou a transgressão dos princípios elementares de desenho, composição e perspectiva, utilizado de cores aleatórias, a pintura “um dia de carnaval” foi exposta no Salão dos Independentes. Suas criações mostram paisagens com características de selva, sendo uma marca do artista, porém dizem que ele nunca saiu de Paris e suas inspirações vinham das experiências pessoais que teve indo para os jardins e jardim zoológico de Paris.

Utilizar do termo Arte Naïf para designar autores que tem como meio de produção a cultura popular, nada mais é do que um ato político que visa o apagamento/silenciamento colocando-os à margem das produções artísticas, seja quaisquer que forem. Ao intitulá-lo como “primitivo”, neutralizam o seu potencial político de questionamento, excluindo o seu senso crítico, pois não julgam a dimensão estilística, mas sua posição econômica, social, política e ideológica. O conceito Arte “Naïf” na verdade é um engodo que serve apenas para disfarçar um preconceito, pois é um placebo. Dizem que é arte, tem valor econômico de arte, mas para a classe dominante não será considerada como arte.



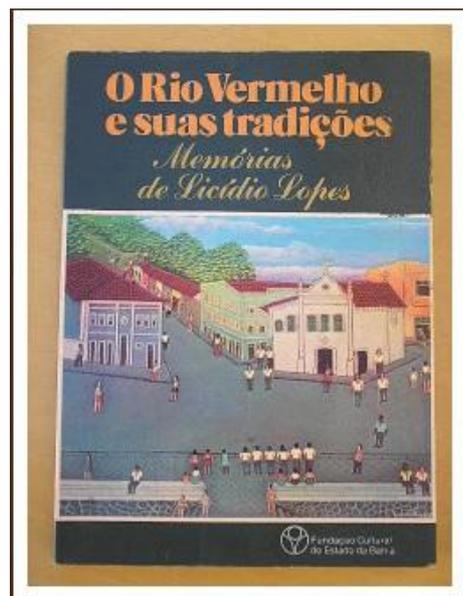
Quadro “O milagre de Oxum” - Fonte: catalogodasartes.com.br



Quadro “Iemanjá aceita o presente” - Fonte: catalogodasartes.com.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRIOLO, A. (2006). A questão da alteridade no “primitivismo artístico”. Campinas: II Encontro de História da Arte, IFCH-Unicamp.
- ARANTES, Antonio Augusto. O que é Cultura Popular. 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRANDÃO, Ludmila de Lima: GUIMAREAS, Suzana Cristina Souza. Desconstruindo o Naïf: A pintura de Alcides Pereira dos Santos. Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso.
- HALL, Stuart. 2000. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2000
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura. Um conceito antropológico. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.
- LOPES, Lícido. Rio Vermelho e suas tradições; memórias de Lícido Lopes. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Trad. Bernardo Leitão... [et al.]. 5 ed. Campinas: Editora da UNCAMP, 2003.
- MASCELANI, Ângela. O Mundo da Arte Popular Brasileira. Rio de Janeiro: Museu Casa do Pontal; Mauad, 2009
- MIGNOLO, Walter. Aesthesis Decolonial. Calle 14. V. 4, n°. 4. Enero-junio 2010, p. 10-25.
- SANTOS, José Luiz. O que é Cultura. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994



Salvador; Fundação Cultural do Estado da Bahia; 1984. 112 p. ilus.



O Ponto

MALES RESISTE!

Dúvidas?
Críticas?
Sugestões?

Quer fazer parte de nossa equipe?

jornaloponto@unilab.edu.br

Siga-nos em nossas redes sociais









Sibiuni no Youtube



TODA QUINTA, A PARTIR DAS 16H, TEM ESTREIA DE VÍDEO NOVO NO CANAL - INSCREVA-SE!

- ▶ Gravações dos plantões tiradúvidas
- ▶ Tutoriais
- ▶ Serviços
- ▶ Informações







Tempero Cultural



CACHUPA À MODA ANGOLANA

Jandira Francisco Domingos
Alberto Mulangui Camundongo
Hungulo



A “Cachupa” é um prato típico da gastronomia de Cabo Verde, mas é um prato que está inserido em outras culturas africanas, como no caso de Angola. Este prato começou a fazer parte do leque gastronômico angolano devido ao contacto dos caboverdianos com o espaço angolano. É um prato composto por vários ingredientes, dentre eles o feijão, as carnes e o milho e, em alguns casos, é preparado com peixe em vez das carnes. É necessário ressaltar, que ao longo do tempo a receita da “Cachupa” sofreu algumas variações, tanto nos ingredientes, como no modo de preparo, e isso se encaixa no contexto gastronômico angolano.

Este prato é importante porque enriquece a gastronomia de Angola e também faz parte da mesa dos angolanos, isso em cerimônias de alambamento, casamentos entre outros. Em Angola, particularmente em Luanda, é onde a cachupa é mais consumida em relação a outros lugares de Angola, pelo facto de ser a capital econômica e turística do país.

Enfim, a “Cachupa” é um prato tipicamente caboverdiano que foi adaptada à moda angolana, por isso, que esta receita foi feita a partir da nossa experiência como angolanos, ou seja, está receita não é uma receita padrão.

Ingredientes:

(200g) Feijão castanho cozido;
(150g) Milho branco cozido;
Carne seca dessalgada;
Chispe dessalgado (pé do porco);
3 Salsinhas;
1 Chouriço ou calabresa;
1/5 Repolho;
3 Tomates;
Extrato de tomate;
1 Cebola;
2 Cenoura;
2 Dentes de Alho;
Folha de Louro;
Sal a gosto;
Óleo;
Água.

Modo de Preparo:

Em uma panela adicione o óleo, os dois dentes de alho cortado e a cebola, deixe até refogar. Em seguida, adicione os tomates, o extrato de tomate, a folha de louro e deixe cozer até 5min. Quando este tempo passar, acrescenta as carnes (carne seca e o chispe) e, em seguida, adicione o feijão, o milho branco, as cenouras, o repolho, as salsinhas, o chouriço, água e o sal e deixe cozinhar até meia hora, ou até cozer tudo. E aí está pronto! Bom apetite!



Conhecer para planejar e agir: a importância do Censo Demográfico

Prof^a Carla Craice da Silva
Ciências Sociais - UNILAB/BA

Muito tem se noticiada sobre o drástico corte do Censo Demográfico, porém qual sua relevância para a sociedade brasileira? Para explicar melhor sobre o tema, proponho iniciar este texto com um exercício imaginativo. Pense nos moradores do seu município: vizinhos, conhecidos, colegas de trabalho, familiares e desconhecidos que você encontre em alguns momentos no seu dia-a-dia. Tais pessoas se caracterizam por ser mais jovens ou mais idosas? Há muitas crianças? Há mais mulheres ou homens? Existe uma expressiva quantidade de munícipes que vive nas áreas rurais? Como está a desigualdade de renda no seu município? Qual o tamanho da população negra? Será que há empregos suficientes? Há mais empregos formais ou informais? Alguns vizinhos e/ou conhecidos migraram do seu município nos últimos anos? Algumas pessoas passaram a viver no seu município recentemente? No geral, as residências são chefiadas por mulheres, por homens ou há um compartilhamento das responsabilidades? É um município com mais ou menos moradoras/es que outros nas redondezas? Temos possíveis respostas à essas questões, impressões a partir da vivência cotidiana, porém não são informações precisas que possibilitem caracterizar quem são seus os moradores. O Censo Demográfico é o instrumento que fornece tais respostas com detalhamento que permite visualizar como se caracteriza a população de determinada localidade e indicando as carências que ali perduram. Assim, o levantamento não realiza apenas uma contagem da população, e sim permite uma caracterização sociodemográfica ampla da mesma. E por que as informações sobre uma população são tão relevantes?

Uma primeira dimensão da importância do levantamento censitário refere-se à gestão pública, já que o Censo fornece informações que apoiam o direcionamento de ações dos governos municipais, estaduais e federal. O Censo Demográfico se configura como a única pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que abrange todos os domicílios no país. Cabe salientar que o IBGE é o órgão federal criado na década de 1930 com a missão institucional de “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania” (1). Produzir informações que retratem a diversidade do país – das aldeias indígenas nas entranhas da Amazônia até os bairros adensados da cidade de São Paulo passando pelos mais de 5.000 municípios do país do litoral ao interior – é uma tarefa complexa que o IBGE tem realizado com reconhecido êxito.

Através do levantamento é possível conhecer as condições de vida, de emprego, de moradia, de escolaridade, de saúde, entre outros temas, informações essenciais para a construção, a implementação e a avaliação de políticas públicas. Além disso, são produzidos dados que possibilitam observar internamente aos municípios como distritos, bairros e até quarteirões, ou seja, dados intramunicipais. Um exemplo prático da importância de tal detalhamento espacial: quantas crianças existem no município? É um grupo que tem crescido ou diminuído? Onde elas estão mais concentradas? Tais informações são necessárias, por exemplo, para o planejamento da rede básica de ensino a partir da compreensão quais seriam as regiões prioritárias de investimento.

Ainda sobre a importância do Censo para a gestão pública, verifica-se que uma parte da destinação de recursos tem como base os dados por ele fornecidos. A distribuição dos repasses orçamentários da união para estados e municípios depende da contagem da população, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) entre outras transferências. Outras políticas focalizadas como Bolsa Família ou mesmo a calibragem da representação política de deputados federais, estaduais e vereadores dentro das Câmaras dependem da pesquisa. Considerando que o último levantamento aconteceu em 2010, ou seja, há 11 anos, temos uma defasagem temporal relevante. Assim, se seu município teve um intenso crescimento populacional nos últimos dez anos, o repasse do orçamento da união provavelmente não tem como base o real número de habitantes, cabendo a contagem do Censo recalibrar as informações para readequar os repasses.

Uma segunda dimensão se relaciona a entender as desigualdades sociais que permanecem presentes na sociedade brasileira, como a desigualdade étnico-racial e de gênero. O primeiro Censo Demográfico brasileiro aconteceu em 1872 e, desde então, foram realizados 12 pesquisas sendo que a última aconteceu em 2010 (2). Assim, os dados censitários possibilitam uma análise não apenas do ano da pesquisa como também um retrato histórico das transformações da população brasileira. A inclusão de quesitos como raça/cor, informações de indígenas e de quilombolas, este último uma inovação do Censo a ser implementada no próximo Censo, é uma conquista de movimentos sociais para que, justamente, se possa entender como vivem tais populações e escancarar a persistência das desigualdades na sociedade brasileira.

Em 1970, no contexto de ditadura militar, o quesito raça/cor é excluído do questionário da pesquisa em um contexto no qual houve forma perseguição ao movimento negro e se tratava a sociedade brasileira como miscigenada (3). O quesito raça/cor retorna ao levantamento em 1980 no contexto da redemocratização e muito por conta da atuação do movimento negro. Ainda sobre a relevância de tais dados, temos o caso da apreensão por militares das pesquisas sobre desigualdades raciais de Angela Gillian em 1973 acontecida para que as mesmas não saíssem do Brasil (4), retratando a relevância de se entender a profundidade das desigualdades raciais no país.

Uma terceira dimensão da relevância das informações censitárias refere-se ao planejamento sobre as ações no combate à pandemia de Covid-19, desde o planejamento da vacinação até o pós-pandemia. Para a realização da vacinação, o Censo possibilitaria sua distribuição a partir de dados precisos e atualizados sobre a população de cada município, bem como um planejamento mais robusto a partir dos grupos prioritários. Para o pós-pandemia, as informações permitiriam detalhar a população e permitir a construção e aplicação de políticas mais direcionadas entendendo as características demográficas, sociais e espaciais da população em maior vulnerabilidade.

O Censo Demográfico, assim, cumpre diferentes funções para um país: planejamento, gestão e avaliação de programas sociais, instrumento de estudos além das distribuições orçamentárias, tendo um papel fundamental em fornecer informações sobre inúmeras características dos brasileiros. Para atingir a representatividade das múltiplas faces do território nacional, envolve uma operação planejada por anos por equipes do IBGE e Comissão Consultiva formada por diferentes entidades da sociedade além, obviamente, do devido orçamento. Em 2021, ano previsto para a realização do Censo, um corte drástico de 96% do orçamento inviabiliza a realização da pesquisa. Mesmo com a decisão do Superior Tribunal Federal (STF), ainda se corre o risco da pesquisa não ir a campo nem em 2022, pois o orçamento previsto para 2021 não dá conta de etapas prévias de preparação (5) para a pesquisa, pois - ressaltado - o Censo Demográfico é uma operação grandiosa e complexa. Na verdade, os cortes sucessivos no Censo Demográfico se iniciaram em 2018. Não foram cortes apenas orçamentários, e sim envolveram a reestruturação do processo de amostragem, a redução dos questionários com exclusão de questões relevantes como o valor do aluguel e cálculo da renda domiciliar per capita, entre outras temáticas (6). A não realização do Censo Demográfico coloca o país em um apagão estatístico. A pergunta que resta é: a quem interessa não termos informações sobre a população brasileira?

Notas da autora:

- (1) Ver mais em <https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>.
- (2) A periodicidade decenal do Censo é recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e garantida pela Lei n. 8.184, de 10 de maio de 1991.
- (3) Para mais informações, ver o livro de “500 anos de solidão: ensaios sobre as desigualdades raciais no Brasil” de Marcelo Paixão.
- (4) Ver Vilma Reis “O Censo 2021 é decisivo para a o nosso futuro” disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/o-censo-2021-e-decisivo-para-a-o-nosso-futuro/>.
- (5) Ver Nota disponível em <https://assibge.org.br/nota-sobre-o-corte-no-orcamento-do-censo-2021/>.
- (6) Ver “Nota Técnica sobre a Realização do Censo Demográfico 2021” produzida por Daniel Lahr e Luís Felipe Magalhães disponível em <https://iqc.org.br/ciencia/uploads/2021/05/Nota-Tecnica-sobre-a-Realizacao-do-Censo-Demografico-2021.pdf>.



A importância da Tecnologia Assistiva na vida da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida

Lidiane Conceição

Vamos falar
sobre...

INCLUSÃO?

É bem provável que você já tenha visualizado no seu dia a dia, ou até mesmo já ter usado, sem dar conta que são tecnologias assistivas como, por exemplo: os semáforos sonoros, elevadores nos ônibus, andadores, lupas manuais ou eletrônicas, entre outros. Vamos conversar sobre isso?

A Tecnologia Assistiva é um recurso que facilita a autonomia da pessoa com deficiência, com mobilidade reduzida (idoso, obeso, entre outros) ou com animais, possibilitando o acesso e o uso de meio físico, na comunicação, nos produtos e serviços. A Tecnologia Assistiva, é um elemento-chave que visa a autonomia, a qualidade de vida, a inclusão social, a equidade e a integração da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida, com a família, amigos e sociedade.

Mais alguns exemplos que podem ser encontrados na tecnologia assistiva:

Os recursos podem variar entre brinquedos e roupas adaptadas, equipamentos de comunicação alternativa, bengala com sistema computadorizado, computadores, softwares e hardwares especiais que contemplam questões de acessibilidade, auxílio visual, aparelhos de escuta assistiva, materiais protéticos, entre outros itens disponíveis comercialmente.

Os serviços são aqueles prestados envolvendo profissionais de diversas áreas, visando usar um instrumento da tecnologia assistiva com a pessoa com deficiência.

É possível encontrar terminologias diferentes termos que aparecem como sinônimos da Tecnologia Assistiva, tais como: "Ajudas Técnicas, Tecnologia de Apoio, Tecnologia Adaptativa e "Adaptações".

Portanto, a tecnologia assistiva é uma ferramenta de inclusão social e justiça social, que promove autonomia e qualidade de vida da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida.

text





O CEAJAT e os desafios com o Ensino remoto em tempo de Pandemia

Joilma Menezes Sales da Cruz

Gestora do CEAJAT - Colégio Estadual Anna Junqueira Ayres Tourinho



Um dos momentos mais gostosos nos nossos almoços em grupão (antes da pandemia)



Formatura dos concluintes do Ensino Médio, na Câmara Municipal.



Com alunos da UNILAB, na frente do CEAJAT.

Moradora da cidade de São Francisco do Conde, fui criada por uma professora de Filosofia e um Radialista, tendo uma educação propícia à vocação de ser educadora. Formada em bacharelado e licenciatura em química e doutora na mesma área, com ênfase em Química Analítica, escolhi a docência na Educação Básica para seguir em minha trajetória profissional.

A minha atuação na educação iniciase no ingresso na carreira do Magistério, no ano de 2006, como professora de química do Ensino Médio, no Colégio Estadual Anna Junqueira Ayres Tourinho. Era ainda muito imatura, muito pouco conhecia o que era ministrar aula para jovens e adolescentes. Fui aprendendo a ser educadora com a prática, meu envolvimento era pleno com a gestão, coordenação e ações pedagógicas, daí o convite para participar do Colegiado Escolar em 2008, onde tive a oportunidade de realizar o curso de Formação para Gestores - PROGESTÃO - promovido pela Secretaria de Educação da Bahia. Nesse momento de formação, ganhei fôlego na contribuição da gestão escolar no CEAJAT. Sempre participando das deliberações e mobilizações em prol das melhorias da escola.

Em 2011, em face a um desfalque de equipe da Gestão, fui convidada para atuar como vice-diretora, indicada pelo Colegiado Escolar vigente. Em 2015, fui eleita pela comunidade escolar para gestora escolar e atuo nessa posição até a presente data. Portanto são 10 anos na gestão escolar!

2020 e a pandemia!

O ano de 2020 foi um ano apreensivo, mas desafiador para a equipe gestora. Iniciamos as aulas presenciais no início de março de 2020 e no dia 18 de março, iniciou-se o afastamento social por conta da COVID 19. No início da pandemia, um dos grandes desafios da equipe de gestores e docentes era manter a conectividade com nossos alunos, já que não existia aparatos legais que oficializassem as atividades remotas. Todo trabalho pedagógico era voluntário e a sensibilização da importância de não nos afastarmos dos alunos se deu em reuniões com os professores, coordenadores, funcionários e Colegiado Escolar, usando muito a escuta e traçando as estratégias.

Pesquisas anteriores revelaram que a maioria dos alunos tinham acesso ao Whatsapp e isso sugeriu que, imediatamente, fossem criados os GIPS - Grupos de Interação Pedagógica do Whatsapp - com alunos, coordenadores, professores e gestoras. Para cada GIP, uma turma, e com 60% do alunado interagindo online, promovemos aulas pela plataforma ZOOM e criamos o site www.ceajat.com, que muito facilitou com as postagens de atividades para os alunos baixarem e responder em casa, proporcionando maior contato também com os pais. Na medida que as atividades eram propostas e as dificuldades eram encontradas, procurávamos soluções nas reuniões com os pais e com as equipes de docentes.

Entretanto nos deparávamos com a falta de habilidade no uso das ferramentas digitais adotadas de forma muito abrupta. Isso exigiu muita dedicação e muito tempo em frente ao computador por parte de professores, alunos e gestores. O desafio então foi buscar alternativas para minimizar o cansaço e o descaso. Planejamos, assim, os encontros por área de conhecimento, criamos roteiros de estudos e realizamos atividades prazerosas e educativas como projetos e lives.

Todas essas ações foram possíveis quando a gestão trabalhou com o potencial de cada professor e coordenador. O compartilhamento de experiências exitosas nos encontros de ACs online (Atividades Complementares) trazia a formação em serviço com as demandas exigidas, como, por exemplo, como usar o canal YouTube, como realizar uma live, o ensino híbrido e o ensino remoto e outros temas. Conseguimos alcançar nosso objetivo em 2020: manter a conectividade com os alunos e promover conhecimento sem apoio da Secretaria de Educação, apenas com a boa vontade de 99% dos professores e equipe de coordenadores!

E veio 2021!

Somente em 15 de março de 2021, a Rede Estadual de Ensino iniciou o Ano Letivo remoto, após publicação da portaria nº 637/2021, que dispõe sobre a reorganização das atividades letivas nas escolas da Rede. Para uma correção de um ano de atraso, o governo promoveu um protocolo de retorno as aulas em três fases, iniciando remotamente, depois de forma híbrida e, por fim, presencialmente, de acordo com o cenário da pandemia. No campo administrativo, a gestão do CEAJAT conseguiu organizar a escola com ventiladores, sinalização, troca de pias, vasos e outras ações de combate a COVID19, até porque foi destinada verba federal e estadual para essa ação.



Ação do Estágio Supervisionado de Letras da UNILAB, no CEAJAT.

Junto a esse ato vieram outras demandas de cunho pedagógico que aumentou a carga de trabalho da gestão. Novas estratégias de ensino remoto foram apresentadas pela Secretaria de Educação para a equipe de coordenação e docentes, o que nos obrigou a reorganizar toda estrutura pedagógica montada no ano letivo de 2020.

Agora o desafio não é mais aprender a usar a tecnologia, isso aprendemos juntos, compartilhando saberes. A equipe coesa de professores e coordenadores caminhou unida e se adaptou fácil ao novo. O que mais tem nos preocupado é que nossos alunos estão sofrendo uma grande violência educacional. Estão em extrema vulnerabilidade social, intelectual e emocional! Muitos alunos enxergavam o espaço escolar do CEAJAT um espaço de sociabilidade onde, muitas vezes, era possível desabafar e falar sobre si e as vezes sobre violência doméstica. Para resolver um pouco esse problema temos procurado realizar oficinas de saúde mental e emocional. Não posso deixar de registrar aqui a minha preocupação com os professores que arcam com todos os custos do ensino remoto sozinhos. O computador que usam para gravar e preparar aulas, por exemplo, tem apresentado problemas com frequência, os celulares estão lotados de mensagens.

Dois anos em um será muito importante para a regularização do fluxo escolar e promoção do conhecimento, sendo possível até porque estamos usando telefone, WhatsApp, Google Classroom, YouTube, site da escola, Facebook, Instagram, tarefas impressas e e-mail. Todas essas formas são válidas, afinal, na impossibilidade de encontros com os estudantes, procuramos nos apoiar naquilo que é possível fazer e no que eles produzem. Mesmo que esteja abaixo do esperado, essas ações têm sido fortes aliadas aos processos avaliativos neste momento tão peculiar.

Eis uma oportunidade para que seja indutora da avaliação formativa, o que auxiliará no desenvolvimento da autonomia e do protagonismo de jovens e adultos. Entretanto, precisaríamos de políticas voltadas para a valorização dos profissionais. Só para se ter uma ideia, todos os gestores da rede estão, há mais de dois anos, sem férias e sem dedicação exclusiva! Vejo, assim, uma tentativa do Estado em maquiagem a situação para cumprir uma ordem. Lembro aqui os inúmeros empecilhos que fazem com que esse momento remoto seja pouco produtivo em termos de rendimento escolar: muitos dos nossos professores têm péssima internet, problemas psicológicos, muitos alunos precisam ajudar os pais no trabalho e estão só cumprindo a obrigação de frequentar aulas porque recebem uma bolsa presença de R\$150,00. A COVID-19 expôs as desigualdades do ensino e, ao mesmo tempo, a importância do investimento qualitativo na educação e do reconhecimento da atuação dos professores e dos gestores.